

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.683 - SP (2019/0062857-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CLAUDIO SANT ANA BRANCO
AGRAVANTE : SIBELI MARIA BENEDET
AGRAVANTE : CHIRLEY MARIA BENEDET
AGRAVANTE : SILVANA MARIA BENEDET BRANCO
AGRAVANTE : SONIA MARIA BENEDET DEUSCHLE
ADVOGADO : ALEXANDRE UEHARA E OUTRO(S) - SP273762
AGRAVADO : ASSOCIACAO SAMARITANO
AGRAVADO : ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO HOSPITAL SAMARITANO
ADVOGADO : MÁRCIA VARANDA GAMBELLI E OUTRO(S) - SP203955
AGRAVADO : SAO PAULO - SERVICOS MEDICOS DE ANESTESIA S/S
LTDA
ADVOGADO : JOE GOULART GARCIA - SP153712

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 759):

APELAÇÃO. Inexigibilidade de débito. Pedido de Justiça gratuita. Indeferimento. Oposição de Agravo Interno, também desacolhido, com determinação de recolhimento do preparo recursal. Embargos de Declaração, contra a decisão que julgou o Agravo Interno, que não é provido de efeito suspensivo, de sorte que o prazo para o devido recolhimento continuou a correr. Providência não atendida. Deserção configurada. Recurso não conhecido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 784-786).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 808-823), os recorrentes apontam violação dos arts. 98, §§ 5º, 6º e 7º, 489, inciso II e § 1º, incisos I, IV e V, e 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Alegam que o acórdão recorrido é omissos quanto ao fundamento do pedido de justiça gratuita, consistente na alegação de que os recorrentes não possuem condições de arcar com o valor do preparo da apelação, o qual foi calculado em R\$ 15.741,21 (quinze mil setecentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos).

Sustentam que o pagamento de tal quantia implicaria prejuízo do próprio sustento dos recorrentes, porque corresponde a quatro vezes o valor das custas iniciais,

bem como porque não houve alteração da situação financeira dos autores desde o indeferimento do pedido de isenção das custas iniciais, quando do ajuizamento da ação, o que revela ser indispensável a concessão da gratuidade de justiça em segundo grau de jurisdição, ou a redução do valor do preparo da apelação, ou o parcelamento dessa despesa.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Anoto, preliminarmente, que a controvérsia foi decidida de modo suficiente, pois o Tribunal de origem enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e explícita sobre a causa, razão pela qual não merece reparo algum. Aliás, é o que se depreende do teor do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 760-764):

A irresignação recursal não comporta conhecimento, em razão da constatada deserção.

Dispõe o artigo 1026, do Código de Processo Civil que, in verbis: “os embargos de declaração **não possuem efeito suspensivo** e interrompem o prazo para a interposição de recurso.” Gn

[...]

Nesse sentido, sabido que os Embargos de Declaração opostos contra a decisão que desacolheu o Agravo Interno não tem efeito suspensivo, o prazo para o recolhimento do preparo recursal continuou a correr e o recolhimento não foi realizado.

Nota-se que o v. Acórdão que julgou o Agravo Interno e concedeu prazo de 05 dias, para o recolhimento do preparo recursal, foi publicado em 08.05.2018 (fls. 754), portanto, o prazo dos apelantes se escoou em 15.05.2018.

E, como acima salientado, a oposição dos Embargos de Declaração, ainda que em data anterior ao prazo para o recolhimento, não tem o condão de suspender a decisão de indeferimento da Justiça gratuita com a consequente determinação de recolhimento.

Dessa forma, ante a ausência de preparo recursal, resta certo que o

recurso interposto está deserto, pelo que não pode ser conhecido.

Assim, determina o art. 1.007, do NCPC/15 que: “No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção”.

Como é cediço, o preparo e o porte de retorno são requisitos de admissibilidade do recurso, conforme dispõe o artigo 1.017, § 1º, do Código de Processo Civil:

“Art. 1.017. A petição de agravo de instrumento será instruída: [...] § 1º Acompanhará a petição o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela publicada pelos tribunais.”

[...]

Dessa forma, ausente o recolhimento do preparo, impossível dar-se seguimento ao recurso, manifestamente inadmissível.

Pelo exposto, não conheço do recurso.

Com efeito, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

[...]

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EREsp

1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/6/2016, DJe 3/8/2016).

Ademais, o acórdão recorrido não discorreu sobre o conteúdo normativo do art. 98, §§ 5º, 6º e 7º, do CPC/2015, de modo que a alegada violação aos referidos dispositivos legais não pode ser analisada na via do recurso especial, ante a ausência de prequestionamento da matéria. Assim, não obstante a oposição de embargos de declaração, incide à espécie o verbete da Súmula 211 do STJ.

Exemplificativamente, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. JUSTIÇA GRATUITA. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC/1973. SÚMULA 284/STF. MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO DE NECESSITADO. ÔNUS DA PROVA. BENEFICIÁRIO. SÚMULA 211/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA E SUFICIENTE DOS FUNDAMENTOS EXPENDIDOS PELA CORTE DE ORIGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO BENEFICIÁRIO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

3. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente para manter incólume o aresto recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

4. Infirmar as conclusões do julgado para reconhecer que houve a modificação da situação financeira do beneficiário da justiça gratuita demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte Superior.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 955.055/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por

Superior Tribunal de Justiça

cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora